

O PRIMEIRO DAMISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

CAMILLA BASTOS LOPES¹

FABIANA REGINA SILVA GROSSI²

¹Acadêmica do 9º semestre do curso de Psicologia da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB, Barreiras/BA. E-mail: milaa.bastos@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB, Barreiras/BA. Mestre em Psicologia da Saúde. E-mail: fabiana@fasb.edu.br

INTRODUÇÃO

As mulheres foram designadas Primeiras-Damas a partir da década de 1940, as atividades exercidas por estas mulheres foram assegurando-se como atividades de ordem filantrópica, digna no plano da atenção à pobreza. A referência dos empreendimentos das Primeiras Damas no Brasil foi constituída pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), implantada em 1942, por Darcy Vargas (BARROS & SILVA, 2015).

De acordo com Torres (2002), o nascedouro do primeiro-damismo no Brasil tem uma função política, uma vez que as mulheres dos governantes são chamadas a interferir no social, por meio de estratégias de enfrentamento à pobreza, desresponsabilizando o Estado de garantir à população o acesso a políticas públicas de caráter universal, considerar que a atuação da primeira-dama se dá no âmbito do voluntariado e da filantropia. Para a autora, “em alguns governos, o trabalho da primeira-dama constitui a fundamental ação no âmbito da assistência social” (TORRES, 2002, p. 24).

As atribuições das Primeiras-Damas foram se ampliando, muitas delas passaram a apoiar instituições sociais e a criar seus próprios planos de trabalho. Segundo Amaral (2007), a partir do século XX, a figura das Primeiras-Damas desponta como peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar espaços aos quais ele não chega; a produzir discursos e representar papéis que são “mais bem entendidos” pelo fato de partirem de uma mulher.

A motivação para analisar criticamente o primeiro-damismo surge a partir do grande número de esposas de autoridades a se ocupar o cargo ou realizar atividades, destinada à gestão dos programas, projetos e serviços da área social. Em outro, quando não ocupa o cargo de secretária, a Primeira Dama é quem encampa grande parte das decisões referentes aos projetos voltados para o social, inclusive com um amplo poder de mobilização de setores empresariais da cidade, no sentido de fortalecimento da “responsabilidade social” destes.

Ainda que não muito atuante, a Primeira-Dama sempre será citada pelos profissionais da área social, sendo uma figura sempre presente nos eventos organizados pelo município nesta área. Sua presença nas cerimônias de inauguração ou em eventos comemorativos, por exemplo, é mencionada, como motivo de congratulação. Tendo em vista que, em primeira análise, a impressão que se constrói é de que as mulheres Primeiras-Damas ainda têm um importante papel na gestão de seus maridos, uma vez que elas se tornam a personificação da bondade do governante para com o povo.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise crítica referente ao histórico e ainda permanência do primeiro-damismo no Brasil, considerando que este fato interfere significativamente na política de assistência social enquanto direito, reforçando que aquilo deve ser superado: a filantropia e o assistencialismo.

DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos deste estudo, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, buscando obras que tratavam sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica teve seu embasamento teórico em livros, leis, artigos científicos, teses e em bases científicas *on line*. Para Gil (2010), a importância da pesquisa bibliográfica, “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2010, p. 30). A partir do material bibliográfico, foi realizada uma análise crítica sobre o tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto sul-americano, na consolidação dos Estados Nacionais, depara-se com as Primeiras-Damas na Argentina, Evita Perón e Darcy Vargas no Brasil. Dois ícones que marcaram a história de seus países. A primeira buscou transmitir uma autoimagem da mulher forte, que amparava os pobres e rejeitados. Apoiou o marido, considerado também o “Pai dos Pobres”. Conciliando o papel de mulher com o de Primeira-Dama, ocupando um espaço que sempre foi privado aos homens. Eva Perón expandiu leis sociais que naquele momento regiam a categoria feminina na sociedade argentina, consagrando-se como um mito na história do país (SILVA & QUIROGA, 2009).

A evolução da assistência social no patamar de política pública afastou, ao menos formalmente, as características que demarcavam ações clientelistas e de benesse. Os anos posteriores à criação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 apontam para o reposicionamento dessa política no Brasil. Incorporando conceitos como o de vulnerabilidade, que delimita sua atuação a uma população selecionada pelo recorte de renda. A política de assistência social avança impregnada de preceitos sócio-liberais, com maior expressividade política mediante o Programa Bolsa Família, ganhando destaque no governo Lula (MDS, 2011).

Segundo dados apontados na Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros – Munic., do IBGE de 2009, sendo o IBGE uma entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos centrais, para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional e possui a rede nacional de pesquisa e disseminação. No suplemento da Assistência Social, dos 5.561 municípios que declararam ter órgão gestor da assistência social, 1.352 municípios (24,3%) responderam que tal política era conduzida pela primeira-dama. O referido documento apresenta esses dados por região do país, o que se comparado ao total de municípios por região, o fenômeno do primeiro damismo atinge números ainda mais expressivos.

A (re)atualização e permanência do primeiro damismo na Assistência Social repõe o patrimonialismo como determinante na condução dessa política, o que remonta a suas origens. A compreensão da mesma como instrumento de “ajuda” e de filantropia junto a um número cada vez maior de pessoas que se enquadram no perfil de vulnerável social ganha relevo nos pequenos municípios brasileiros, tornando-os, com a concessão de benefícios e de transferência de renda, objetos de desejo da manipulação política. Esclarece-se que o assistencialismo refere-se ao Serviço Social, em sua origem no Brasil, onde contribuiu para a difusão do assistencialismo, porque caracterizava sua intervenção junto à classe trabalhadora no sentido

de garantir a harmonia entre as classes sociais e a manutenção do poder da classe dominante, para o que, defendia o entendimento da “questão social” como algo natural, e não como resultado do modelo do capitalismo e das desigualdades que este produz. Entretanto, no curso do processo de maturidade política e intelectual é necessário que a categoria se desvencilhe deste passado, já que, o desenvolvimento da profissão no país, avançou muito no sentido de tentar superar esta condição (FIDELIS, 2005)

O ressurgimento do primeiro-damismo na Era Collor com a atuação da primeira-dama D. Rosane Collor e após o impeachment de Fernando Collor tivemos a primeira-dama D. Ruth Cardoso que trouxe inovações com o Programa Comunidade Solidária (PCS), no que tange aos novos instrumentos de intervenção na avaliação e monitoramento de projetos (SILVA & QUIROGA, 2009).

Segundo Silva & Quiroga (2009) as primeiras-damas que estão à frente da gestão da assistência devem ter o entendimento de que existe uma lei regulamentada, a qual deve ser colocada em prática. Para isto também é importante o seu total conhecimento, assim como a capacitação e qualificação destas gestoras. Na verdade este entendimento sobre a política de assistência coloca-se como condição para o acesso, o uso e a ampliação dos recursos financeiros.

Em seu processo de (re)ordenamento e rápida expansão pelo país, tendo como horizonte o “combate” à pobreza e à miséria da população, a Assistência Social encontra no primeiro damismo uma limitação, por ser uma estratégia de (re)legitimação de uma prática que remonta as origens dessa política de cunho clientelista e paternalista, colocando em dúvida a perspectiva garantia dos direitos sociassistenciais à que se propõe, sendo assim o primeiro damismo um fator impeditivo do fim assistencialista.

CONCLUSÃO

É importante ressaltar que muitas mulheres não foram passivas nem submissas diante deste contexto, e souberam contrapor-se à opressão em que viviam. De um lado houve as mulheres das classes pobres, as quais por sobrevivência transitavam pelo espaço público. No entanto, sua presença em espaços de trabalho não contava, com visibilidade e valorização social. Por outro lado, as mulheres burguesas, da elite, inseriram no espaço legitimado e tiveram, na filantropia e na caridade, oportunidades de descobertas de outros mundos e possibilidades.

Faz-se necessário que o fim do primeiro-damismo desenvolva uma consciência social; que perceba os usuários dos serviços sociais como sujeitos histórico e cidadãos de direitos e que coloque em prática as diretrizes da assistência social enquanto política pública, como prevê a LOAS que é a Lei Orgânica da Previdência Social regulamentada ao Benefício Assistencial de Prestação Continuada, que deve ser pago a todo idoso e pessoa com deficiência que comprove não possuir meios próprios de prover sua própria manutenção ou tê-la provido por sua família e o SUAS que é um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União, e não como assistencialismo.

À opção escancarada da desprofissionalização das políticas sociais. Historicamente, tem sido evidenciado que a chamada “boa vontade” é não apenas insuficiente para intervir no conjunto de desigualdades de classe, gênero, raça, entre outras, mas, sobretudo, um elemento estratégico no campo conservador dirigido ao disciplinamento da força de trabalho e o

arrefecimento de sua rebeldia. Conceber e implementar direitos sociais exige trabalhadores/as qualificados/as e com condições adequadas de trabalho.

Assistentes sociais, Psicólogos e outros profissionais têm contribuído nas lutas em defesa de diferentes direitos sociais, bem como na construção e execução de políticas sociais, a exemplo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa permite desvendar criticamente a realidade e, com isso, propor uma intervenção crítica e criativa sintonizada com as demandas da população usuária. Isso é absolutamente o oposto de práticas regidas pela “boa vontade” e pela “caridade”, e diferencia ações individuais, assistemáticas e emergenciais de ações pautadas na lógica do direito social.

Longe de esgotar o assunto, espera-se com essa pesquisa, preencher lacunas e abrir outras com o intuito de provocar futuras discussões.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I. Primeira-dama, o que é? *In: PALESTRA NA EIP - ESCUELA INTERNACIONAL DE PROTOCOLO - EM MADRID, ESPANHA, NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2008*. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos913/primeira-dama/primeira-dama2.shtml>. Acesso em 22 de abr. 2019.

BARROS, S. A. SILVA, A. J. M. Primeiro damismo no brasil: as inflexões do patrimonialismo na política pública de assistência social, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

DIAS. M. O. L. S. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

FIDELIS, S. S. dos S. Conceito de assistência e assistencialismo, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa – 5. ed. – São Paulo: Atlas S.A., 2010.

HAHNER, J. E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PERROT, M. Escrever a história das Mulheres. *In: MINHA HISTÓRIA DAS MULHERES. TRADUÇÃO DE ÂNGELA M.S. CÔRREA*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, L. dos S.; QUIROGA, A. M. Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social. *In: DISSERTAÇÃO DE MESTRADO- DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro, 2009. P. 155

TORRES, I. C. As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder. São Paulo: Cortez, 2002